

## Corpo-espaço:

### entre surdos e ouvintes, fragmentos de espaço e percepções de mundo<sup>1</sup>

Cibele Barbalho Assênsio<sup>2</sup> (PPGCS/Unifesp, São Paulo/Brasil)

Palavras-Chave: surdez, espacialidades, corporalidades

#### Introdução

A concepção de locais pensados para favorecerem a gestualidade e a visualidade de pessoas surdas encontra-se atualmente amparada em um discurso linguístico-cultural da surdez, algo bastante disseminado no Brasil ao longo das duas últimas décadas, sobretudo após a aprovação da Lei de Libras<sup>3</sup> (Língua Brasileira de Sinais) e da sua regulamentação<sup>4</sup>. Mas como tal discurso tem se corporificado? O quadro jurídico relativo à Libras contribuiu para que a categoria *surdo/a* se estabelecesse como classificadora de sujeitos caracterizados como não apenas detentores de uma configuração corporal específica localizada no ouvido, mas também passou a sugerir pertencimentos identitários relativos à existência de comunidades linguísticas habitadas por corpos com uma funcionalidade que implica experiências culturais próprias, de gestualidade e visualidade. Que corporalidades podem ser identificadas quando se trata de pensar a surdez como uma diferença linguística e cultural?

Considerando não haver como supor experiências corporais de gestualidade e visualidade por si mesmas, ao longo da minha trajetória de pesquisa sobre o tema surdez, iniciada em 2009, cada vez mais passei a questionar de que maneiras essas corporalidades gestuais e visuais se fazem, dentro dos recortes de investigação que me propus a abordar. Relações corpo-espaço solidárias a modos de perceber e de se relacionar com o mundo através da modalidade gestual-visual de comunicação se tornaram centrais em minhas investigações, o que ficou mais evidente à medida que desenvolvi relações a partir do meu aprendizado da modalidade gestual-visual de comunicação. Longe de ser uma expressão

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

<sup>2</sup> Doutoranda junto ao Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de São Paulo, membra dos Grupos de Pesquisa Corpo e Violência: formas de expressão, da Unifesp, e do Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana da USP (Lab-NAU//USP) e Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

<sup>3</sup> Lei Federal 10436/02, de acordo com 1º Parágrafo, reconhece “como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados”. Em Parágrafo único: entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

<sup>4</sup> Decreto Federal 5626/05. Conforme seu Art. 2º, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

unívoca da surdez, a gestualidade e visualidade da comunicação em sinais endereçam-se também, mais do que ao discurso, à questão da presença corporal e sua materialidade, bem como aos aspectos sensoriais e perceptivos desses corpos na relação com espacialidades que envolvem pessoas surdas e não-surdas, incluindo também meu próprio corpo, à medida que me propus ao aprendizado da comunicação em questão. As gestualidades e visualidades aprendidas e expressadas desafiam não só concepções que atrelam língua à oralidade. Em suas espacialidades, além de desafiarem certos modos hegemônicos da comunicação, elas contribuem para certos deslocamentos de significado do não ouvir. Em última análise, estão em jogo as próprias concepções que se tem acerca do que pode ser um corpo.

Para devolver os argumentos acerca das questões colocadas, começo por apresentar momentos iniciais da minha pesquisa, explicitando as maneiras através das quais meu corpo passou a (se) constituir (em) espacialidades próprias dos ambientes nos quais convivi. Depois disso, levanto questionamentos acerca das gestualidades e visualidades relacionadas à surdo-mudez, inspirada por autores clássicos da antropologia. Avanço então para questões teóricas da antropologia do corpo, o que inclui pensar em termos de técnicas corporais e de questões simbólicas. Por fim, descrevo formas de disciplinar através de espacialidades, problematizando, enfim, aspectos relacionados à sujeição de corpos e seus significados, em diálogo com bibliografias sobre surdez e deficiência.

### **O corpo no espaço da surdez**

Conforme aprendi em aulas de Libras, a comunicação gestual-visual das línguas de sinais implica posicionar-me preferencialmente de frente para o/a receptor/a, nunca de costas. No meu caso, vidente, é preciso olhar para a(s) mão(s), para o corpo e para o rosto. Atentar-me à expressão facial e corporal e aos movimentos que se desenvolvem em um espaço tridimensional que abrange ao menos desde a cabeça até a cintura. Rosto, tronco, mãos, membros superiores, tudo isso dispõe um espaço, em termos propriamente físicos. Essa é a escala “mais micro” que caracteriza as relações corpo-espaço em questão.

Conhecida essa espacialidade própria na maneira de comunicar, também se torna necessário expressar os gestos e, no caso, os sinais de acordo com convenções estabelecidas. Muitos sinais estão dicionarizados e bastante legitimados. Resolver-me em relação ao vocabulário foi questão muitas vezes de decorar, repetir e, aos poucos, adquirir alguma habilidade. Mas a Libras não se resume à performatização de vocábulos e, sobretudo, há outras formas de expressão caracterizadas por certa inventividade. Para mencionar um

exemplo, os classificadores são formas de gestualizar bastante peculiares, porque duas pessoas podem expressar algo semelhante utilizando as mãos e o corpo de jeitos mais ou menos diferentes. Uma pergunta possível de se fazer então é o que define quais são os atos corporais legitimamente expressivos. Acredito que essa pergunta não seja simples de ser respondida, mas argumento que o conhecimento antropológico, desde o mais clássico, possivelmente ajuda a explorar tal questão, contribuindo para um entendimento da espacialidade e dos corpos que, condicionados à existência da surdez, gestualmente e visualmente se comunicam.

Uma referência raramente citada, *A Linguagem Gestual* (2009 [1865]) compõe a descrição realizada por Edward Tylor, com base em visitas que o antropólogo realizou em instituições educacionais inglesas e alemãs de surdos-mudos em sua época, ou seja, espaços que historicamente reuniram surdos/as-mudos/as em um mesmo ambiente ao longo do século XIX. Um dos exemplos por ele citado é o da criança surda-muda que “posiciona seus dois primeiros dedos para baixo, como duas pernas e os faz andar sobre a mesa” fazendo-se entender perfeitamente, na visão de Tylor. Sua análise pode parecer à primeira vista ultrapassada, por se tratar de um antropólogo evolucionista do século XIX. Contudo, além da descrição cobrir uma lacuna no campo da antropologia, ela leva a questões mais contemporâneas. Tylor afirmou que “é preciso escolher um surdo-mudo de nascença, para que seus gestos sejam ingenuamente proféticos, não falsos, nem fingidos e nem simulados” (p.14). Essa relação entre a não audição e a habilidade de performatizar a comunicação gestual-visual guarda certa semelhança com a afirmação da linguagem gestual como a língua materna *própria dos surdos* (Stokoe, 1976), feita por autores do campo da linguística e de estudos sobre os surdos, a partir da década de 1950, quando a Língua de Sinais Americana (ASL) passou a ser reconhecida como propriamente uma língua. Mas aqui a referência compete mais a uma questão de aquisição linguística do que diretamente a uma marca de nascença.

Especificamente, a língua de sinais, a surdez e os surdos já foram realocados em quadros explicativos e normativos diferentes dos do século XIX (Assis Silva, 2010). Para pontuar alguns exemplos, não se diz *surdos-mudos*, pois não poder escutar não significa não poder falar oralmente; as *línguas de sinais* são mais do que *linguagens*. Além disso, é importante lembrar que a habilidade da comunicação gestual-visual é necessariamente atravessada pelo fato de mais de 90% das pessoas surdas nascerem em famílias de pessoas que ouvem e que não usam língua de modalidade gestual-visual como forma corrente de comunicação. Muitas vezes não são fluentes em língua de sinais ou, no caso a que me refiro,

na Libras. Dado que a corporalidade que se refere à gestualidade e visualidade da língua de sinais não se resume a gestos pictóricos reconhecíveis por qualquer pessoa, tal como exemplificou Tylor, uma construção de espacialidades gestuais visuais se dá muitas vezes fora do âmbito familiar, quando nele predomina a oralidade. Desse modo, na posição *ouvinte* que aprendia a gestualidade e visualidade com instrutores *surdos/as*, também me questioneei: basta que eles/elas sejam *surdos/as* para que se valham dos próprios corpos gestual e visualmente, tal como exigem as línguas de sinais? Como ocorre o fazer dessa gestualidade e visualidade que caracteriza os corpos e espaços pelos quais eu circulava?

### **Técnicas do corpo e aprendizados**

Relações entre marca biológica e atitudes corporais vinculadas à surdez foram frequentemente reinterpretadas como singularidade que possibilita o desenvolvimento de um modo de linguagem (Sacks, 1998). Mas uma concepção comum às várias abordagens antropológicas sobre o corpo, desde as clássicas, é a de pensá-lo como uma construção social e cultural (Maluf, 2000). Nesse sentido, Hertz (1980) contribuiu para a desnaturalização de habilidades corporais ao argumentar sobre a insuficiência da causa orgânica para a produção da predominância destra, uma forma corporal possível de se fazer paralelo com o caso da gestualidade e visualidade da surdez. Mais especificamente, Hertz remonta a uma possível confusão entre causa e efeito na conexão regular entre a preeminência da mão direita e o desenvolvimento da parte esquerda do cérebro. Apesar das tentativas de se atribuir causa anatômica à dexteridade, a disposição biológica não justifica a construção social da incapacidade da mão esquerda. Evidencia-se, aliás, um conflito entre a exterioridade, própria da educação, para o uso da mão direita e a influência orgânica cerebral, no caso de canhotos. Na visão de Hertz, a preeminência da mão direita se sustenta também na construção da incapacidade da mão esquerda, por se inscrever em uma dimensão simbólica dos fenômenos relativa à polaridade religiosa, no sentido de que “se a assimetria orgânica não existisse, ela teria que ser inventada” (p.109). Em um paralelo com a surdez, poderia ser questionado se foi a não audição a hierarquizadora de corpos e de suas capacidades ou o próprio mito da fala oral (Witkoski, 2009), de origem cultural, que fez da modalidade de comunicação gestual-visual uma comunicação menos humana, em conjunto com o pressuposto de que ser capaz de ouvir é ter um ouvido dentro dos padrões de corponormatividade, sem precisar de aparelhos ou outros recursos que dêem suporte e/ou componham o corpo.

Considerando, ainda, que os comportamentos corporais são construídos em grande medida pela vida social, as montagens físico-psico-sociológicas às quais se referiu Mauss

(2003) são incontornavelmente inspiradoras para compreensão da dimensão aprendida das relações corpo-espço que caracterizam a gestualidade e visualidade às quais me refiro. Mauss concebeu as técnicas corporais como montagens de série de atos habituais, montados pela autoridade social e para ela. No contexto de cursos de Libras, o aprendizado da gestualidade e visualidade que a caracteriza é bastante significativo na relação de autoridade entre instrutores/as e alunos/as, no sentido de uma “imitação prestigiosa” que constantemente faz referência aos gestos utilizados preferencialmente por instrutores/as surdos/as. Ao aprender um uso do espaço no qual se desenha um corpo e suas formas de expressão, pude ver reproduzida também a regra da ausência de comunicação oral-auditiva. Ainda que instrutores/as surdos/as tenham aprendido a falar oralmente as palavras em sessões de terapia fonoaudiológica, evitam utilizá-las. O aprendizado da gestualidade e visualidade relativo a essa surdez a que me refiro é um aprendizado de comunicação silenciosa. Nesse caso, enquanto corpo e espaço se fazem, o ouvido perde poder em sua disposição comunicativa propriamente linguística.

Mas a educação do corpo que se educa através da não-audição não se faz apenas dentro das salas de aula de cursos de Libras. Um elemento bastante introdutório, mas de peso na corporificação da gestualidade e visualidade em questão é a atribuição de um sinal a cada um dos/as interlocutores/as que convivem nos espaços consagrados de comunicação gestual-visual, dentro e fora de instituições de educação formal. Quando me apresento, faço referência a meu nome utilizando as letras do alfabeto manual C-I-B-E-L-E, mas também me refiro ao meu sinal posicionando minha mão junto à lateral externa do nariz, encostando com meu dedo médio nessa parte e fazendo ao mesmo tempo um movimento de rotação de punho com uma configuração de mão específica, em referência ao meu piercing. Esse sinal, ou seja, essa maneira de se referir a mim em Libras foi criada durante as primeiras interações que tive. O sinal é convencionalmente criado por uma pessoa que tem a habilidade de identificar uma característica marcante nas pessoas com quem interage e, na ocasião, fui informada que deveria ser preferencialmente “batizada” por uma pessoa surda. Meu corpo ao longo do tempo foi acostumado a pensar em mim mesma em Libras utilizando essa maneira de gestualizar e visualizar, mas talvez ainda não o suficiente para que eu pudesse chamar a comunicação gestual-visual de algo próprio da minha corporalidade.

### **As fronteiras surdos/ouvintes das formas de disciplinamento**

Há várias maneiras de constituição das espacialidades relativas à gestualidade e visualidade das línguas de sinais, se considerados contextos e escalas de observação

diferentes. Essas relações corpo-espaço aos quais me refiro podem ser também espaços disciplinares de variados modos, à medida que organizam corpos para determinadas formas de se relacionarem, sujeitam corpo e explicitam formas de se relacionar e perceber os pares de comunicação.

Enquanto me tornava observadora e professora, constatei ser a disposição em círculo ou semicírculo das carteiras bastante comum a espaços tais como escolas bilíngues para surdos, nas quais estudantes matriculados/as eram todos/as identificados/as como *surdos/as* e convencionalmente se comunicariam sempre gestual e visualmente. Se na comunicação uma a uma/um(a) aprendi a posicionar-me de frente, na comunicação em grupo, a disposição que forma um círculo também se mostra adequada a um reposicionamento funcional do corpo, que troca a audição e oralidade pelo silêncio e faz valer o uso do espaço com as mãos e com o resto do corpo. Nesse ambiente, também aprendi com alunos/as que para restringir o alcance da mensagem a certos receptores, posso esconder as mãos e o rosto atrás de meu próprio corpo. Posso virar-me de costas ou mesmo colocar uma das mãos à frente (escondendo) a outra que se movimenta, no meu caso que tenho duas. Uma delas expressa uma sentença (performatiza os sinais) e a outra encobre a movimentação da primeira, impedindo que alguns/algumas captem a mensagem transmitida. É quase como cochichar, quando falo baixo, perto do ouvido e utilizo as mãos para encobrir o movimento dos meus lábios. A comunicação, afinal, dispõe um espaço nas relações face a face. E o acender e apagar das luzes são mais um possível elemento de visualidade, para chamar a atenção dos/as alunos/as.

Há então de se considerar o papel tradicional da escola (e dos/as professores/as), mas também as próprias marcações que distinguem i) *surdos*, de língua viso-manual e ii) *ouvintes* de língua oral-auditiva. Enquanto professora ouvinte, percebi, enfim, que pode ser bastante controversa a maneira como se desenha a autoridade que legitima a comunicação em sinais, pois, por mais que tradicionalmente professores/as ocupem um papel disciplinador, a gestualidade e visualidade que perpassa constantemente a comunicação em um ambiente de pares caracterizados pela não-audição pode atribuir às pessoas caracterizadas como surdas o papel de disciplinar. Por outro lado, considerando o que já foi exposto acerca das realidades familiares, o fato de alunos terem sido diagnosticados com surdez não significa que necessariamente se comuniquem fluidamente, de antemão, com seus pares através da modalidade gestual-visual. Podem ter sido adaptados em alguma medida à comunicação oral-auditiva através de terapia fonoaudiológica, recurso de leitura labial, entre outros, ou podem não ter adquirido língua alguma ao longo da vida.

Para um melhor entendimento da dicotomização *surdos(as)/ouvintes*, é bastante pertinente uma atenção à historicidade acerca de processos relativos à constituição das línguas de sinais e de discursos que concebem a surdez como uma diferença linguística e cultural. O nascimento técnico institucional da surdo-mudez remete à constituição do domínio da anomalia, colocando a surdo-mudez no polo do anormal (Foucault, 2002) e da incorrigível corrigibilidade, quando atravessadas por procedimentos experimentais de intervenções cirúrgicas e de controle do corpo espelhados nas maneiras de comunicação ouvintes (Benvenuto, 2006). O reconhecimento das línguas de sinais, por sua vez, ao atribuir aos/às *surdos/as* a posse de uma língua, também pretende estabelecer uma normalidade gestual-visual.

A etnografia realizada por Assis Silva (2010), sobre as atividades missionárias com surdos no universo de instituições cristãs, oferece alguns dados que se alinham à problemática da disciplinarização e sujeição à gestualidade e visualidade em conformidade com a Libras. No interior de Congregações Batistas, ao amalgamar um discurso “missiológico” culturalista com o reconhecimento científico dos/as surdos/as como detentores de uma língua, a própria atividade missionária com surdos/as traduziu-se, também, em uma disposição disciplinar específica que opôs *surdos/as* a *ouvintes*, na qual a própria ação de interpretação dos rituais, da língua portuguesa para a Libras, contribuiu para o crescente estabelecimento de fronteiras simbólicas na constituição de novas posições de sujeito: i) *surdos/as* usuários de língua de sinais, indivíduos bastante expressivos visual e gestualmente, tal como procurava espelhar o intérprete e ii) *ouvintes* usuários/as da comunicação oral-auditiva, menos expressivos/as e menos hábeis em termos de visualidade e gestualidade.

É evidente que a disposição disciplinar no interior das Congregações não garantiu por si só, em outros espaços, o delineamento de uma corporalidade e subjetividade comum a sujeitos com certa marca audiológica, pois diversas formas de associativismo entre pessoas surdas produziram condições objetivas solidárias aos modos de perceber e de se relacionar com o mundo através da relação gestual-visual (Frazão, 2017), entre corpos engajados em um mundo de experiências de não-audição. Mas ao longo das últimas décadas foi possível constatar uma disseminação de espacialidades dispostas em função da prática de tradução-interpretação, na qual se considera *surdos/as* e *ouvintes* como sujeitos que se comunicam através respectivamente da língua gestual-visual e da modalidade oral-auditiva. Janelas de interpretação em redes de TV nacionais, presença de tradutores-intérpretes de Libras em shows musicais, inclusive em *lives* durante a pandemia, em atividades religiosas,

políticas, artísticas e acadêmicas são alguns dos exemplos cuja presença de intérprete também configurou uma relação corpo-espaço própria, em função da não-audição.

Uma crítica possível à oposição *surdos(as)/ouvintes* refere-se ao ônus de uma perspectiva homogeneizadora, flagrante quando se reitera discursivamente uma visão dicotômica entre as categorias *surdos/as* e *ouvintes*. Tende-se a negar a existência de uma cultura surda ou a naturalizá-la (Ferrari, 2017), sem considerar, assim, uma possível variabilidade de experiências, em suas singularidades. Apesar das nuances para além da oposição *surdo(as)/ouvinte* terem recebido algum reconhecimento em sua complexidade entre autores dos denominados Estudos Surdos, a exemplo de Thoma e Klein (2010), quando ocorrem, elas têm se localizado mais na perspectiva de trajetórias individuais ou de movimentos sociais.

### **Considerações finais: deslocamentos possíveis nas concepções de corpo**

Pesquisas que procuram desnaturalizar concepções relativas à surdez em termos de gestualidade e visualidade tendem a vê-la no sentido de sua produção discursiva e como efeito de saber e de poder (Assis Silva, 2012; Carniel, 2013). Sem deixar de reconhecer os efeitos de uma economia de poder da qual emerge a norma, que atravessa as concepções e as práticas que constituem um ideal normativo de corpo, compreendo que há um possível rendimento analítico se, além disso, não se deixe com que mecanismos de disciplinamento coloquem o corpo como passivo em relação ao poder, superdimensionando processos de sujeição ou que tomem a compreensão de um corpo fora da norma apenas como fonte de resistência natural em relação ao poder (Maluf, 2002).

Dos aspectos que analisei neste texto, são as relações corpo-espaço criadas pela gestualidade e visualidade que mostram as possibilidades inventivas acerca daquilo que chamamos de comunicação humana e também do que chamamos de corpo. As corporalidades, em suas relações espaciais, gestuais e perceptivas podem ser entendidas como alocações criativas não apenas por desafiarem a centralidade do ouvido na comunicação, mas também por suas múltiplas possibilidades, que criam diferentes formas de expressar-se, seja entre corpos *surdos/as* ou com corpos não *surdos/as*.

Tensionada pelas noções hegemônicas de corpo que localizam a diferença individualmente, aos poucos fui ensinada através da comunicação silenciosa que a relação com outros corpos e com o espaço é também uma feitura corporal, em que, para que haja surdez, é necessário que haja ao menos duas pessoas (Mottez, 2006). O corpo, nesse sentido,



é sempre relacional. E também produtor, assim como sujeito da cultura. A relação corpo-espço é o lugar da intercorporalidade, sejam esses corpos classificados como *surdos* ou como *ouvintes*, ou localizados na experimentação de uma percepção, por abrirem mão do ouvir palavras com o ouvido e construí-las visual-espacialmente, gestualizando.

O engajamento em assumir uma positividade discursiva que caracteriza a categoria *surdo/a* carrega algo em comum com um campo mais amplo, dos *disability studies*, à medida que procura explicitar a variação corporal para além das noções de restrição ou falta, caracterizações estas enraizadas em determinadas abordagens biomédicas (Diniz, 2007). Também no caso da deficiência de modo geral, desestabiliza-se aquilo que compreendemos como corpo e corponormatividade, apesar de, no caso da surdez, durante pesquisas de campo eu comumente ter visto a categoria *surdo/a* ter sido a escolhida, *em detrimento* de *deficiente auditivo* e da categoria *pessoa com deficiência*.

De maneira geral, no caso da deficiência, a questão tem se deslocado para o âmbito da produção social e cultural no sentido de reformular a própria categoria deficiência (Fremlin, 2011; Mello e Nuernberg, 2012; Ginsburg e Rapp, 2013; Lopes, 2019), o que parece pertinente também à surdez, em suas variadas formas de expressão. A influência dos marcos da teoria feminista<sup>5</sup>, que passou a questionar a dicotomia i) lesão ou impedimento (impairment), referindo-se ao fenômeno biológico da variação corporal e ii) deficiência (disability), referindo-se ao fenômeno social de exclusão e opressão de pessoas com corpos com formatos e funcionalidades diversas também tem acompanhado novas formulações teóricas para sustentar o argumento de que a própria construção da lesão como valor negativo não é um dado da natureza em si mesma (Gavério, 2017).

Por fim, é importante ressaltar que nos ambientes que tenho analisado, as formas de expressão gestuais são porta de entrada para conferir a habilidade de comunicação, mas não exatamente a saída ou a definição acerca do que podem ser os corpos, pois todas/todos estamos atravessados por outras marcações, aspectos de raça, gênero, sexualidade, classe, deficiências, entre outras. Depois de familiarizada às conversas gestuais visuais, ainda posicionada como ouvinte, mulher sem deficiência, branca e acadêmica, pude me aproximar com um melhor aprofundamento de questões tais como as desigualdades em termos de acesso à leitura de textos em língua portuguesa, suas relações com a escola formal ou com a

---

<sup>5</sup> Conforme descreve Diniz (2003), o modelo analítico dos estudos de gênero que supunham a diferenciação entre sexo (natureza) e gênero (social), no campo da deficiência, passou a ser compreendido como referencial para a diferença entre lesão (natureza) e deficiência (social) nas construções analíticas dos estudos sobre deficiência. O modelo social da deficiência fez o mesmo que os estudos sobre gênero - retirar da natureza as justificativas morais sobre a desigualdade - ao separar lesão de deficiência.

religiosidade, entre outras que desconstroem os *surdos* como “os outros”. Ainda, se a ideia de Eu/Outro parece algumas vezes se localizar especificamente na gestualidade e visualidade, pude ao mesmo tempo ter contato com as variadas formas como *surdos* lidam com aparelhos auditivos, ou com a habilidade de emitir ou não sons e palavras, ou se comunicar através da oralidade/audição.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSÊNSIO, Cibele Barbalho. **Comunidade surda: notas etnográficas sobre categorias, lideranças e tensões**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2015.

ASSIS SILVA, Cesar Augusto de. **Cultura surda: agentes religiosos e a construção de uma identidade**. São Paulo, Terceiro Nome, 2012.

\_\_\_\_\_, “Apresentação”, **Ponto Urbe** [Online], 4 | 2009, Online since 31 July 2009, URL <http://journals.openedition.org/pontourbe/1724>

BENVENUTO, Andrea. O surdo e o inaudito. À escuta de Michel Foucault. In: GONDRA, José; KOHAN, Walter (Org.). **Foucault 80 anos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

BRASIL. Lei n.o 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 25 abr. 2000.

\_\_\_\_\_. Decreto n. o 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n.o 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 23 dez. 2005.

\_\_\_\_\_. Lei n. o 12.319, de 1o de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 2 set. 2000.

CSORDAS, Thomas J. **Fenomenologia cultural corporeidade: agência, diferença sexual, e doença**. Educação (Porto Alegre, impresso), v. 36, n. 3, p. 292-305, set./dez. 2013

DINIZ, Débora. **Modelo social da deficiência: a crítica feminista**. Série Anis 28, Brasília,

Letras Livres, p. 1-8, jul. 2003.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2005.

FERRARI, Carla Cazelato. **Surdez, cultura e identidade**. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2017.

FRAZÃO, Natalia Francisca. **Associação de Surdos de São Paulo: identidade coletiva e lutas sociais na cidade de São Paulo**. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2017.

GAVÉRIO, Marco Antonio. **Nada sobre nós sem nós, sem nossos corpos!** O local do corpo deficiente nos disability studies. Revista Argumentos, Montes Claros, v.14, n.1, p. 95-117, jan/jun-2017.

GINSBURG, Faye & RAPP, Rayna. 2013. **Disability Worlds**. Annual Review of Anthropology, n. 42, pp. 53–68.

HALL, Stuart. **Quem precisa da identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). HALL, Stuart;

HARAWAY, Donna. **Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos Pagu, n.5, p.07-41, 1995.

HERTZ, Robert. A proeminência da mão direita: um estudo sobre a polaridade religiosa. In. **Religião e Sociedade**, vol.06, 1980.

LANE, Harlan. **A máscara da benevolência: a comunidade surda amordaçada**. Lisboa: Instituto Piaget, 1992. (Coleção Horizontes Pedagógicos).

LOPES, Pedro. Deficiência como categoria analítica: Trânsitos entre ser, estar e se tornar, **Anuário Antropológico** [Online], I | 2019, posto online no dia 06 julho 2019, consultado no dia 23 setembro 2019. URL : <http://journals.openedition.org/aa/3487> ; DOI : 10.4000/aa.3487.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MOTTEZ, Bernard. **Les Sourds existent-ils?** Paris : L'Harmattan, 2006.

OLIVER, Michael. **The Individual and Social Models of Disability**, 1990.

TYLOR, Edward Burnett Tylor. **A Linguagem gestual**. Ponto Urbe, n. 4, 2009. DOI: 10.4000/pontourbe.1726. Disponível em: <URL: <http://pontourbe.revues.org/1726>>. Acesso em: inserir da data que você acessou o site por ex. 12\br. 2015.

SACKS, Oliver. **Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WITKOSKI, Sílvia Andreis. **Surdez e preconceito: a norma da fala e o mito da leitura da palavra falada**. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 42, p.565-606, 2009.